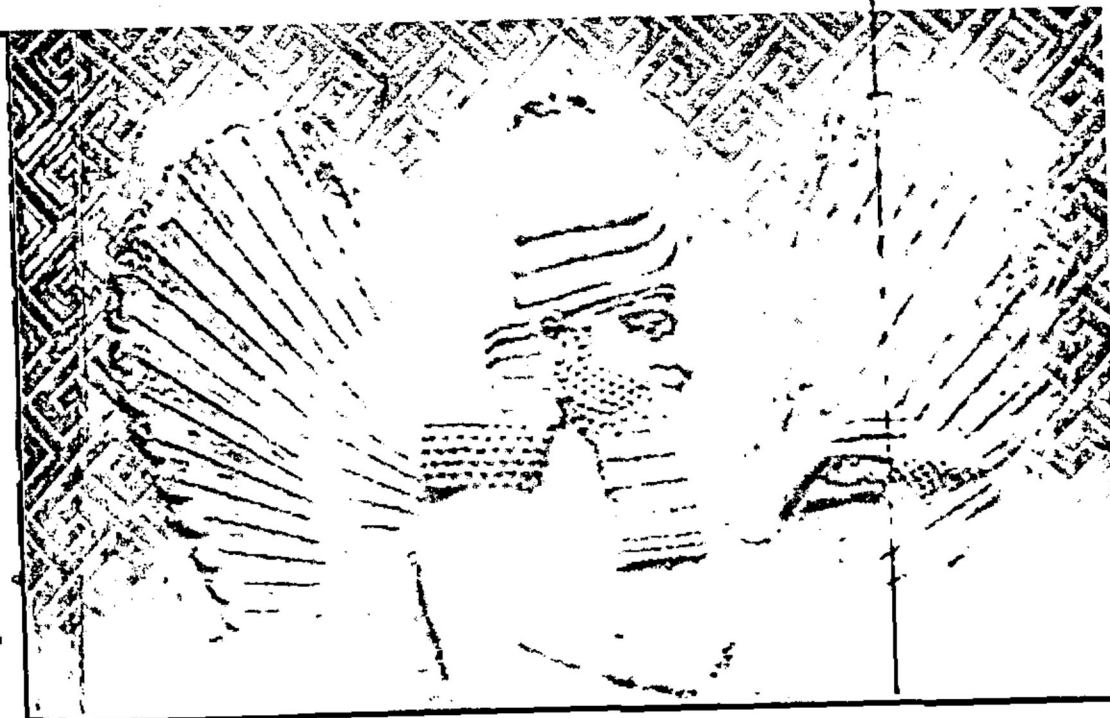


NO COMEÇO ERAM OS DEUSES

+

JEAN BOTTÉRO

91



JEAN BOTTÉRO



NO COMEÇO ERAM OS DEUSES



CAPÍTULO I O amor livre na Babilônia*

*Este artigo foi publicado em *Les Collections de L'Histoire* n° 5, pp. 8-13.

Ao lado do Egito, a Mesopotâmia é o mais antigo país a conhecer e a utilizar a escrita, da qual nos deixou, entre 3000 a.C. e o início de nossa era, um monumental amontoadó de peças: algo como meio milhão de tabuletas, desde os mais minuciosos cálculos de boticários até as criações mais desenfreadas do imaginário.

Seria bastante surpreendente se, nessa gigantesca confusão, esquadrinhada há mais de um século pelos assiriólogos, não encontrássemos, entre outros tesouros, material que nos permitisse ter uma ideia da vida sexual e amorosa dos antiquíssimos habitantes do país onde nasceu, na virada do quarto para o terceiro milênio antes de nossa era, a primeira grande civilização verdadeiramente digna desse nome, complexa e refinada em todos os domínios da existência.

E se os mesopotâmios ignoravam muito de nossos "tabus" em torno do sexo e de seu uso, eles, ao contrário de nossos contemporâneos, não gostavam de se valer exageradamente, pelo menos por escrito, de suas preocupações, capacidades e proezas nessa área. Estas lhe pareciam demasiado naturais para que valesse a pena dissertar a respeito. De resto, até mesmo na porção mais personalizada de sua literatura e correspondência, parecem ter conservado um estranho pudor em relação aos sentimentos mais íntimos: não

encontramos a menor declaração de amor, nem sequer de efusão ou ternura. Tais movimentos do coração só se dão a ver raramente e são mais sugeridos do que expressos. É o que vemos na missiva em que a rainha de Mari, por volta de 1780 a.C., deseja a seu esposo em campanha que retorne o mais breve possível ao país natal, “tranquilo e satisfeito”, e convidando-o a usar as lãs que preparou e que lhe envia pelo mesmo mensageiro.

Se, portanto, em meio à herança literária deles, não se pode esperar encontrar muita coisa a respeito do que o amor — sentimento, paixão ou simples diversão — possa ter desencadeado em termos de experiências ou de dramas pessoais, resta um amplo material que permite vislumbrar como esses velhos ancestrais o compreendiam, como o praticavam e muitos dos prazeres e dores que ele podia trazer às suas vidas. Como imaginaram seus deuses a partir da superlativação de seu próprio modelo, inúmeras peças que têm por tema esses altos personagens nos revelam tanto — ou até mais — quanto se simples mortais estivessem em cena. Encontraremos mais adiante exemplos sugestivos.

Na Mesopotâmia, como entre nós, impulsos e capacidades amorosas foram tradicionalmente canalizados pela coerção coletiva, visando a assegurar o que se considerava a própria célula do corpo social, a família, e prover, assim, a sua continuidade. A vocação primordial de cada homem e mulher, seu “destino”, como se dizia, associando as coisas a uma vontade radical dos deuses, era, portanto, o casamento. E reputavam-se como marginais, destinados a uma existência langüescente e infeliz,

o rapaz que permaneceu solitário (...), não tendo tomado uma mulher nem criado filhos, e a jovem (que não fora) nem deflorada nem engravidada, (de quem) nenhum marido tinha desafiado e tirado o vestido (para) apertá-la contra si e fazer-lhe experimentar o prazer, (até que) suas mamas se inchassem de leite (e) ela se tornasse mãe.

O casamento, normalmente monogâmico, se fazia muito cedo, arranjado pelos pais dos futuros esposos desde a infância, às vezes antes mesmo do nascimento, com o risco de só reuni-los quando a esposa estivesse núbil. Era então que esta deixava a família para "ser introduzida na casa paterna de seu esposo", onde permaneceria até a morte, a menos que fosse estéril e incapaz de realizar sua função essencial; nesse caso, o marido podia repudiá-la.

Essa instituição não bastou para esgotar, se assim se pode dizer, todas as possibilidades amorosas, o que pode ser percebido em primeiro lugar pela faculdade concedida a cada homem de, ao sabor de suas fantasias e, principalmente, de suas capacidades econômicas, levar para casa "segundas esposas" ou concubinas. Mas isso se vê sobretudo pela quantidade de "acidentes de percurso", aventuras ou dramas conjugais assinalados aqui e ali nos manuais de casuística jurisprudencial que foram equivocadamente chamados de "códigos de leis", nas peças de processos judiciais e nos tratados divinatórios, nos quais os presságios e o futuro, dos quais estavam carregados, não transpunham praticamente nada além do "já vivido".

Encontram-se homens que se lançam "em plena rua" sobre mulheres para seduzi-las ou violá-las; ou que se deitam

com elas em segredo, sejam ou não casadas, sob o risco de serem surpreendidos pelo marido, pelo pai ou por testemunhas incômodas. Encontram-se mulheres dando suas escapulidas e fazendo-se maldizer; outras consideradas “*fáceis*”; outras que enganam seus esposos, sem nenhum pudor ou às escondidas, mediante os bons ofícios de amigas complacentes ou de alcoviteiras; outras, ainda, que abandonam “até oito vezes” o lar ou se tornam prostitutas; outras, enfim, que vão a ponto de se livrar do marido incômodo denunciando-o, mandando matá-lo ou até mesmo trucidando-o com as próprias mãos...

Caso fossem descobertas, tais faltas eram severamente punidas pelos juízes, inclusive com pena de morte: as dos homens, se houvessem causado dano grave a terceiros; as das mulheres porque, secretas, podiam prejudicar a coesão da família. Sem contar que, naquele país de arraigada cultura patriarcal, o homem era, de pleno direito, o senhor absoluto de sua mulher, assim como de seus servidores, seu gado e seus bens.

Ao lado do amor “assujeitado” às necessidades da sociedade, havia lugar para o que chamei de amor “livre”, praticado por cada um visando ao próprio prazer. Para que não prejudicasse ninguém, era assegurado por “especialistas”, que exerciam o que chamaríamos de prostituição. Considerando os gostos e pontos de venda do tempo e do país, de acordo com os quais o amor não era necessariamente homossexual, esses empregados do amor “livre” eram profissionais de ambos os sexos.

Contudo, diferentemente do que ocorre entre nós, há fortes chances de que seu ofício fosse bastante colorido de religiosidade. Não apenas participavam, nessa qualidade, de cerimônias litúrgicas, em particular em certos santuários, como

lhes fora dada como patrona e modelo a deusa chamada Inana em sumério e Ishtar em acádio, a mais notória do panteão, onde tinha o título de “Hierodula”: prostituta sobrenatural.

Esses oficiantes do amor “livre” eram aparentemente numerosos, sobretudo em torno de certos templos. Eram tratados como marginais e relegados à fronteira do espaço socializado das cidades, na região das muralhas, e parecem não ter sido protegidos contra maus-tratos, humilhação e desprezo. Um mito sumério nos sugere a razão: eles tinham, em suma, “faltado ao próprio destino” — as mulheres, o de ter apenas um esposo, para dar-lhe filhos, e os homens, o de desempenhar no amor um papel masculino.

Semelhante julgamento depreciativo dos que viviam a serviço do amor “livre” não impedia que este gozasse, como atividade humana, da mais alta estima e que constituísse uma prerrogativa essencial do que chamaríamos de cultura refinada. Outro mito sumério nos explica isso sem rodeios, e a prova está na história de Enkidu, o futuro amigo e companheiro de Gilgamesh no início de *A epopeia de Gilgamesh em acádio*.

Nascido e criado na estepe, com animais selvagens como única companhia, espécie de fera poderosa e de “belo animal”, Enkidu descobre o amor verdadeiro — não mais bestial, mas com uma mulher de verdade, experimentada e lasciva — graças a uma prostituta que lhe é enviada para amansá-lo:

..Ela deixou cair sua echarpe/ E descobriu a vulva,
para que ele pudesse gozar dela./ Ousadamente, ele a
beijou na boca (“tirou-lhe o fôlego”)/ E tirou-lhe as
vestes./ Deitou-se então sobre ela,/ Que mostrou a esse
selvagem,/ O que pode fazer uma mulher,/ Enquanto
ele, com suas carícias, a mimava.

Após “seis dias e seis noites”, ele se encontra completamente subjugado por essa feiticeira e disposto a segui-la a qualquer lugar. Ela o faz, então, deixar a estepe natal e seus companheiros animais, que, aliás, desde então fogem dele, e leva-o para a cidade, onde, graças a ela, “torna-se um homem” no sentido pleno da palavra: cultivado e civilizado. Foi o amor “livre” que, da natureza, introduziu-o na cultura. Não se pode deixar mais claro o quanto essa possibilidade de exercer livre e plenamente, se necessário com a ajuda de “peritos”, as capacidades amorosas nativas era considerada um dos privilégios da alta civilização.

É evidente que, até onde sabemos, nenhuma interdição explícita, nenhuma inibição, consciente ou não, vinha frear o exercício dessa prerrogativa. Fazer amor era uma atividade natural, tão culturalmente enobrecida quanto o ato de comer era magnificado pela cozinha. Em nome do que alguém se sentiria destituído, diminuído ou culpado diante dos deuses ao praticar o amor, como quer que fosse, se, ao fazê-lo — isso é evidente numa sociedade tão civilizada —, não prejudicasse terceiros nem infringisse nenhum dos interditos habituais que esquadrihavam a vida cotidiana? Por exemplo, em certos dias do ano (no dia 6 do mês de *Tashrit* — setembro/outubro — para citar apenas um), era desaconselhado ou proibido, não se sabe por que razão, fazer amor. E mais: determinadas mulheres pareciam ter sido, por alguma razão, “reservadas” aos deuses, algumas totalmente, outras em parte, e constituía uma falta grave dormir com aquelas ou fazer um filho nestas.

Exceto por essas restrições, não apenas a prática do amor não apresentava o menor problema “de consciência”, como também os deuses em pessoa estavam sempre dispostos, por

menos que isso lhes fosse solicitado pelos ritos, a contribuir para seu êxito. Resta-nos, assim, um certo número de orações e de exercícios devotos “para (favorecer) o amor de um homem em relação a uma mulher”, “de uma mulher em relação a um homem”, ou ainda “de um homem em relação a um homem” (embora a simetria esperada, “de uma mulher em relação a uma mulher”, não figurasse na lista, sabemos por outras fontes que o amor sáfico não era evidentemente desconhecido); outros, “para seduzir uma mulher”; “para conseguir fazer amor” (literalmente “rir”, um desses inúmeros sinônimos imagéticos, presentes em toda linguagem erótica, para designar a união dos sexos); outros, “para o caso em que um homem ainda não tivesse logrado dormir com uma mulher”; outros ainda, “para que uma mulher se deixasse seduzir” etc.

Outros procedimentos, análogos, espécies de encantamentos, porém mais ou menos subordinados à ajuda implorada aos deuses, e que por isso devem ser considerados mais “sacramentais” do que “mágicos” — grandes quantidades deles foram encontradas, relativas a todos os setores da vida individual ou social —, são talvez ainda mais eloquentes. Um catálogo, em parte perdido, enumerava pelo menos setenta desses procedimentos, mas não foram encontrados mais do que trinta, muitos em mau estado. Todos são colocados na boca da parceira (“a mulher” e não “a esposa!”), com o objetivo de que o amante, “resistindo” até o fim, lhe assegurasse o prazer físico que ela tinha o direito de esperar, dada a aproximação dele. Essa capacidade do homem de levar sem falta sua amante até o orgasmo era chamada, na língua erótica, *nish libbi*, literalmente “nascer do coração” — metáfora transparente.

Tais “preces” são notáveis. Dirigidas aos deuses e deusas, sublinham a que ponto prazer sexual e sentimento religioso eram compatíveis. Atestam também que, em uma sociedade aparentemente tão “machista”, como se diz hoje, a mulher, no amor, era, de fato, igual ao homem: tinha direito como ele ao prazer, não era um objeto nem um instrumento, mas uma verdadeira parceira — o que vale a pena sublinhar.

“SOU ARDENTE”

O próprio conteúdo dessas devoções é particularmente saboroso: faz com que entremos, se podemos dizer assim, na intimidade do casal em ação. Encontramos uma amante inflamada, agitada e meio louca, que fala sem parar e urra de desejo e prazer. São excelentes documentos da vida amorosa. Eis um exemplo feito apenas de gritos, mas muito eloquentes!

(Prece.) Excite-se! Excite-se! Enrijeça! Enrijeça! Excite-se como um cervo! Enrijeça como um touro selvagem! (...) Faça amor comigo seis vezes como um corço! Sete vezes como um cervo! Doze vezes como um perdigão! (Animais reputados por seu vigor sexual.) Faça amor comigo porque sou jovem! Faça amor comigo porque sou ardente! Faça amor comigo como um cervo! E eu, protegida pelo deus Ningirsu (que deveria ter sobre o presente artigo uma autoridade que não nos é de nenhum outro modo atestada), te acalmarei!

E já que estamos na alcova, permaneçamos nela mais um pouco graças a um documento bastante inesperado e muito sugestivo. Trata-se do capítulo dedicado às relações conjugais e sexuais de um enorme tratado divinatório. Não encontramos nele aspectos rotineiros, banais e constantes — nada se diz, por exemplo, sobre “posições” universalmente adotadas e mais comuns —, mas apenas fantasias inabituais ou acidentes que podiam ocorrer durante as brincadeiras.

Acontecia, por exemplo, que se escolhesse um local excêntrico, em vez de limitar-se a seu lugar de costume, “o quarto de dormir”: era possível que se pusesse na cabeça “fazer amor sobre o teto da casa”, “sobre o umbral da porta”, “no meio de um campo ou de um pomar”, “num lugar deserto”, “num caminho sem saída” ou ainda “em plena rua”, seja com uma mulher qualquer, sobre a qual o homem se “lançava”, seja com uma prostituta; e podia-se também, sozinho ou com a parceira, ir nesse intuito “à taberna”, que fazia as vezes de bodega e de bordel ao mesmo tempo...

Diversas “posições” pouco habituais podiam ser adotadas: “de pé”, “numa cadeira”, “transversalmente” ao leito ou à parceira, “pegando-a por trás” ou mesmo “sodomizando-a”; ou então “cavalgado por ela”, e até mesmo “preferindo fazer o papel feminino”... Fazia-se também amor homossexual e, nesse caso, ou sodomizava-se “alguém de seu meio” — em outros termos, um não profissional — ou “um dos próprios domésticos” ou “dos servidores”, se não se recorresse a um homossexual qualificado; ou ainda, preferia-se tão deliberadamente “submeter-se a outros homens” que acabava-se sendo tomado por um profissional.

É notável que nunca tenha sido encontrada, nesses documentos ou em outros, a menor alusão ao uso sexual da boca, de modo que podemos nos perguntar se a felação e a cunilíngua — bem conhecidas na época em outras partes, como, por exemplo, no Egito — não eram objeto de uma aversão particular ou de um interdito consuetudinário. Em compensação, a sodomia era comum, com as mulheres assim como com os homens, prática atestada não apenas por numerosas estatuetas, mas também por textos que falam dela sem desvio. Encontra-se essa prática até mesmo como “contraceptiva”: um tratado de extispício — ou exame do estado das entranhas do animal sacrificado — menciona uma sacerdotisa que “se faz sodomizar para evitar ficar grávida”.

A esse quadro da vida sexual, os textos médicos acrescentam alguns toques. Assinalam-se doenças que o paciente deve ter contraído, aparentemente por contágio, “enquanto estava na cama com uma mulher” — em outras palavras, fazendo amor com ela — e afecções propriamente venéreas, que eram chamadas de “doenças do coito”. Duas ou três passagens, que têm algo de comovente porque o retrato, em suma, ainda nos é familiar, chegam a descrever “o mal de amor”:

Quando o paciente não para de tossicar; a palavra lhe falta com frequência; ele fala constantemente sozinho e ri sem razão em todo canto (...); fica deprimido, com a garganta apertada, sem o menor prazer em comer ou beber, e não cessa de repetir, em meio a grandes suspiros: “Ah! meu pobre coração!” —, ele está sofrendo do mal de amor.

E o texto, que — exceto por doenças específicas — só se ocupa do sexo masculino, acrescenta a seguinte observação, que não posso evitar achar enternecedora: “Para o homem e para a mulher, é a mesma coisa!”

SUSPIROS E ARREBATAMENTOS

Isso ultrapassa a dimensão do simples erotismo e nos introduz no domínio do amor-sentimento. É na literatura propriamente dita, sobretudo na poesia, que temos mais chances de encontrar alguns ecos desses suspiros, desses arrebatamentos, dessa chama, dessa doçura, dessa ternura, por vezes dessas tempestades e desse furor, que traduzem a ligação visceral com “o outro”, a irreprimível necessidade que se sente dele: o verdadeiro amor do coração, que com certeza pode despertar o erotismo e apoderar-se dele, mas que não precisa verdadeiramente dele para alimentar-se e, de toda maneira, o anima, o torna algo nobre e o coloca à altura do homem.

Poemas e cantos de amor “profanos” são raros nas belas cartas mesopotâmicas que recuperamos. A única peça ainda inteira em nossa posse, de cerca de cinquenta linhas, das quais nos restam dois terços, é, contudo, muito notável. Composta aproximadamente em 1750 a.C., em um acádio arcaico e ultraconciso, com vocabulário particular e obscuro, cheia de traços que, 38 séculos depois, nos escapam, ela é dividida em curtas “estrofes”, que constituem os elementos de um diálogo entre dois amantes. Ao menos fica claro que tudo se passa apenas no plano dos sentimentos e do coração: não há a menor alusão ao sexo, o menor erotismo no discurso! O

tema é simples: a amante suspeita que seu bem-amado tem fraquezas por outra. Ela se queixa; grita seu amor, que floresce naturalmente em um ciúme ao mesmo tempo terno e veemente. Mas ela se diz convencida a reconquistar o inconstante com sua lealdade! Eis, ao acaso das estrofes, como se expressa:

Permanecerei fiel a você,/ Que Ishtar-a-Soberana
seja minha testemunha:/ Meu amor prevalecerá,
E aquela má língua (sua rival!) ficará desconcertada.
Doravante, agarro-me a você/ E compensarei seu amor
com o meu! (...)

Mas não, ela não ama você!/ Que Ishtar-a-Sobe-
rana a desconcerte,/ E que ela perca, como eu, o sono,
E permaneça noites abalada e arrasada! (...)

Sim! Vou abraçar meu querido:/ Vou cobri-lo de
beijos/ E não vou parar de comê-lo com os olhos!
Assim triunfarei sobre minha rival;/ Assim reencon-
trarei meu bem-amado! (...)

Pois é seu encanto que procuro,/ É de seu amor
que tenho sede!

Diante dessas declarações comoventes e ardentes, o papel do apaixonado não é dos melhores: como todos os homens nesses casos — e, estamos vendo, desde os tempos mais remotos! —, ele se contenta com negações, mau humor e respostas enviesadas, que de modo algum desanimam sua interlocutora:

Não diga nada!/ Chega de tanto discurso!/ Não é
preciso falar para dizer nada!/ Mas não, não estou men-
tando!/ Na verdade, é o mesmo que agarrar vento/
Esperar seriedade de uma mulher! (...)

Não acredite no que lhe repetem:/ Que você não seria mais a única para meus olhos! Mas se você quer a verdade,/ Seu amor agora, para mim, não passa/ De perturbação e desgosto! (...)

E, no entanto, vencido ao final pela fidelidade, discrição e ternura de sua apaixonada, volta para ela, como ela esperava:

Sim! Você é a única que conta!/ Seu rosto é sempre tão bonito!/ Ele é como antes,/ Quando eu me abraçava a você/ E você repousava a cabeça em mim!/ Agora só chamarei você de "Encantadora"/ E "Sábua" será seu único título para mim!/ Que Ishtar seja minha testemunha:/ Doravante sua rival será nossa inimiga!

"É SÓ POR ESTA NOITE!"

Trata-se, repito, de um documento único, e é digno de real interesse que tenha sido dedicado a exaltar o amor puro e desinteressado de uma mulher ao mesmo tempo que ofusca o sentimento que lhe dedica o homem amado por ela. A prova de que muitos outros poemas ou contos amorosos análogos — evidentemente que não todos no mesmo sentido — foram escritos e difundidos, mesmo que a sorte não os tenha conservado para nós ou que nossos arqueólogos ainda não os tenham exumado, reside em um catálogo do fim do segundo milênio antes de nossa era, que reunia, por seu "título" (em outros termos, suas primeiras palavras), quase quatrocentos deles, dos quais resta-nos cerca de um quarto. Como esses títulos são suficientemente eloquentes por si

mesmos, eis alguns, que compõem um belo quadro dos sentimentos amorosos:

Vá embora, sono! Quero apertar meu querido em meus braços!

Quando você fala comigo, quase me mata de me encher o coração!

Ah! eu piscaria para você com o olho direito...

Estou apaixonada por seus encantos!

Não fechei o olho a noite inteira:/ Sim, fiquei de vigília a noite toda, meu querido!

Oh, felicidade! O dia só me trouxe boas notícias!

Uma, que não me vale, pôs na cabeça que quer me suplantar...

É só por esta noite! Só por hoje!

Como ela é encantadora! Como é bela!

Ela está buscando o belo Jardim do prazer que você vai lhe dar!

A maior parte dos poemas e cantos de amor que foram preservados giram em torno da deusa em que se viam ao mesmo tempo a Protetora e o Modelo sobrenaturais do “amor livre”: Inana/Ishtar.

Imaginados a partir do padrão dos homens, os deuses também tinham suas esposas, e até concubinas; fundavam famílias, tinham filhos. Nesse plano, tudo acontecia entre eles sem problemas, e não conhecemos mitos ou lendas que — como entre os gregos — repercutam tempestades e dissabores conjugais entre divindades.

Mas os deuses também praticavam o amor “livre”. Foi sobretudo a personalidade excepcional de Inana/Ishtar, totalmente independente, sem o menor laço conjugal ou ma-

terno, entregue apenas aos próprios caprichos e às próprias paixões, que inspirou, na matéria, inúmeras narrativas e cantos. Atribuíam-se a ela muitas aventuras, mas foi da primeira que se guardou a lembrança mais viva e comovente, e dela resta uma documentação mitológica e lírica impressionante. Trata-se de seu “amor de juventude” com Dumuzi (em sumério)/Tammuz (em acádio), um soberano arcaico, que fora outrora heroicizado e depois alçado à fileira dos deuses; era considerado um pastor. Contava-se que Inana havia, de início, hesitado entre ele e o deus lavrador Enkidu — provável eco de uma situação econômica e social determinada mas que, devido ao seu recuo, nos escapa inteiramente, nesse país em que agricultores e criadores de gado miúdo, principais agentes na produção dos recursos locais, rivalizaram por muito tempo.

Um documento em sumério a descrevia sonhando com o amor:

Quando me tiver banhado para o Senhor, para
 Dumuzi,/ Quando tiver adornado o ventre,/ Coberto
 meu rosto de creme,/ Quando tiver pintado os olhos
 de khol,/ Quando suas mãos encantadoras me aperta-
 rem as costas,/ Quando, deitado em frente a mim, ele
 apalpar meus seios leitosos e succulentos,/ Quando pu-
 ser a mão em minha vulva preciosa,/ Quando seu mem-
 bro, semelhante a uma proa, trazer-lhe a vida,/ Então,
 eu também o acariciarei longamente (...)/ Ele coloca-
 rá sua mão em minha mão, seu coração contra o meu
 coração:/ Que doce repouso dormir com sua mão em
 minha mão!/ Que suave prazer apertar seu coração
 contra o meu coração!

Acontecia-lhe também sair, furtivamente como uma adolescente apaixonada, para ir ao encontro de seu querido sob as estrelas, “que cintilavam como ela”, e depois demorar-se sob suas carícias e perguntar-se, de repente, vendo a noite avançar, como ia explicar à mãe sua ausência e seu atraso: “Deixe-me! Tenho que voltar!/ Deixe-me, Dumuzi! Tenho que voltar!/ Que mentira vou contar à minha mãe?/ Que mentira vou contar à minha mãe Ningal?” E Dumuzi lhe sugeria a resposta: ela fingiria ter sido levada por suas amigas para ouvir música e dançar... Parece realmente que nos referimos aos dias de hoje!

Os amores de Inana e Dumuzi foram também celebrados na liturgia, especialmente na virada do terceiro para o segundo milênio a.C., de acordo com nossas informações. Esse “Casamento sagrado”, essa união dos dois amantes sobrenaturais, era ao mesmo tempo figurado e realizado: não sob a forma das imagens dos deuses, como será o caso mais tarde, mas como uma verdadeira noite de amor entre o soberano do país, representando Dumuzi, e uma “sacerdotisa” fazendo o papel de Inana.

UM PRAZER DOCE COMO O MEL

Encontramos um dossiê completo a esse respeito, e os arqueólogos que trabalhavam em Uruk, em 1935, chegaram a exumar o colar de uma certa Kubatum, “querida do rei Shû-Sîn” (por volta de 2030 a.C.), que sabemos ter ao menos uma vez desempenhado esse papel. Para tais ocasiões, compunham-se cantos ou recitativos de circunstância, às vezes ainda comoventes, a despeito dos inevitáveis clichês desses poemas de corte.

Ao menos um exemplar foi inteiramente conservado. Ele evoca o Cântico dos cânticos de nossa Bíblia e, datado também da época do rei Shû-Sîn, foi posto nos lábios da encantadora Kubatum:

Oh, meu amante, querido do meu coração,/ O prazer que você me dá é doce como o mel!/ Oh, meu leão, querido do meu coração,/ O prazer que você me dá é doce como o mel!/ Você me sequestrou! Tremo toda em sua presença!/ Como eu queria, meu leão, ser levada por você ao seu quarto!/ Deixe-me acariciá-lo, meu querido!/ Meu doce querido, quero mergulhar em suas delícias!/ Você teve prazer comigo, meu querido:/ Diga isso então a minha mãe, para que ela lhe ofereça guloseimas!/ E diga a meu pai: ele lhe dará presentes!/ Sua alma, eu sei como agradar sua alma:/ Durma em nossa casa, meu querido, até o nascer do dia!

Da ternura à paixão, da doçura à volúpia, essas brincadeiras de Inana e Dumuzi não passam, em suma, da projeção em uma tela sobrenatural dos arrebatamentos que agitavam a carne e o corpo dos homens. Eles traduzem não apenas os amores de nossos velhos ancestrais da Mesopotâmia, mas também os nossos, uma vez que ainda podemos vibrar diante desses quadros lascivos e ternos, diante desses murmúrios e gritos de paixão imortalizados em tão belos poemas há cerca de quatro milênios!

Essas pessoas se haviam introduzido tão bem nos segredos do coração que já compreendiam que os grandes amores sempre acabam mal. Seus mitos nos contam em detalhe como Inana/Ishtar, no fim das contas, abandonava covardemente

seu amante, condenando-o à morte e mandando-o para o Reino das Sombras, no qual ela um dia imprudentemente se perdera, só tendo conseguido livrar-se da poeirenta Masmorra sob a condição de fazer-se substituir. Toda uma série de elegias, que encontramos quase inteiras, deplorava as angústias e torturas do infeliz Dumuzi/Tammuz, perseguido pelos esbirros infernais que reclamavam sua presa. E, como que para dar um último toque a esse quadro amoroso, elas sublinhavam o heroico sacrifício da irmã do pobre amante rejeitado, Geshtinanna, que se oferecia para partilhar com ele sua estadia no Império dos Mortos! Assim, já se opunha o verdadeiro amor, desinteressado e nobre, à ruidosa mas frágil e ilusória embriaguez da paixão.

CAPÍTULO II **Moral e sabedoria dos
mesopotâmios***

*Este artigo foi publicado na revista *L'Histoire* n° 225, pp. 78-84.

Tinham os mesopotâmios uma moral? Se entendermos por esse termo o conjunto de regras que devem dirigir a atividade livre dos homens, então é claro que tinham uma moral! Ninguém pode viver normalmente sem que sua atividade livre seja orientada para uma certa felicidade, da coletividade ou de cada pessoa. Se bastasse responder sim ou não à pergunta que dá início a este artigo, ela já estaria inteiramente resolvida.

Na realidade, tal interrogação é formulada apenas para propiciar a oportunidade de vislumbrar essa "moral" dos velhos mesopotâmios. Em outras palavras, de nos fazer penetrar um pouco na vida e na maneira de viver desse povo antigo e famoso que, depois de ter inventado, há 6 mil anos, uma alta civilização inteligente, original e poderosa, e de tê-la enriquecido e preservado ao longo de mais de três milênios, desapareceu, nas proximidades de nossa era, depois de ter dominado com toda a sua altivez cultural todo o Oriente Médio, e de tê-lo alimentado tão bem com suas ideias, descobertas e técnicas. Podemos hoje considerá-lo com justiça nosso ancestral cultural discernível mais antigo, já que educou em parte nossos pais: não apenas os israelitas autores da Bíblia, mas também os antigos gregos, criadores de nossa mentalidade, de nosso pensamento. Dos dois lados, descen-

demos dos mesopotâmios, e tudo o que lhes diz respeito nos toca. É por isso que, após abordar seus valores e sua vida moral, ou os princípios de conduta que os dirigiam, não me furtarei a lançar um olhar sobre nós mesmos, para ressaltar nossas semelhanças e sobretudo nossas diferenças em relação a eles, no que diz respeito à “moral”.

Não se falava muito no assunto na Mesopotâmia. A palavra nem sequer existe na língua do país, pois, como tudo o que é mais intrínseco à existência, inclusive à nossa, essas regras de conduta são normalmente implícitas, sem que se sinta a necessidade de remeter a elas ou defini-las. Na Mesopotâmia, os documentos escritos que registram mais visivelmente essas normas são o que chamamos de “Códigos”, que supostamente enumeram e detalham “leis”.

AS 2.800 LINHAS DO CÓDIGO DE HAMURÁBI

Aqui é preciso esclarecer as coisas. Todo mundo já ouviu falar do famoso Código de Hamurábi, pesada estela de 2,25 metros de altura que, em cerca de 2.800 linhas e com 282 parágrafos (que chamamos de “artigos”), contém o texto publicado por esse rei da Babilônia por volta de 1750 a.C. Em sua descoberta, no início do século XX, ele não apenas despertou espanto e admiração como também foi logo considerado um “Código”, um conjunto sistemático de “leis”. Desde então, os pontos de vista mudaram bastante.

Em primeiro lugar, encontramos, ao menos em fragmentos, meia dúzia de documentos análogos, dos quais o mais antigo data de por volta de 2100 a.C., e o mais recente de 1200 a.C. Em seguida, percebeu-se que não se podia tratar de ver-

dadeiros “Códigos”, uma vez que não tinham por meta reunir sistematicamente a legislação inteira do país, e que seu conteúdo não era sequer de verdadeiras “leis”, isto é, enunciados universais, sancionados pela autoridade legítima, para impor uma conduta social determinada. Na realidade, eram conjuntos, não de “leis”, mas de “sentenças”, dadas pelo rei ou por um de seus representantes para resolver um problema particular de comportamento público, mas que foram despojadas de todas as notas individualizantes para conservar apenas o essencial de sua significação: de um lado, um problema de conduta, do outro, sua solução.

“SE UM HOMEM ROUBOU ALGUM BEM DO TEMPLO,
SERÁ EXECUTADO”

Por acaso, é possível adivinhar, com alguma verossimilhança, como se procedeu para redigi-las. Resta-nos uma carta do próprio Hamurábi na qual, ao dar ordens a altos funcionários, diz-lhes:

Queiram resgatar Sîn-ana-Damru-lippalis, o filho de Maninum, que o inimigo aprisionou. Para esse fim, entreguem ao negociante que o trouxe de volta [do estrangeiro] para casa a soma de 80 gramas de prata (cerca de 1.500/1.800 litros de grãos ou 5 ovelhas, preço bastante baixo!), retirados do tesouro do templo da cidade dele, a saber, do templo do deus Sîn.

Trata-se, portanto, de um soldado do rei, aprisionado no decorrer de uma campanha, que um negociante itinerante

encontrou no país em que ele estava detido, resgatando-o por “10 siclos”, soma que o rei quer que lhe reembolsem, retirando-a do tesouro do templo principal da cidade do ex-prisioneiro. Ora, esse caso, com todos os seus detalhes concretos, de simples incidente do cotidiano foi transformado em modelo de conduta pública, sendo inserido, a esse título no “Código” (parágrafo 32):

Se um negociante itinerante resgatou, no estrangeiro, um militar que havia sido aprisionado no decorrer de uma campanha do rei, e trouxe-o de volta para casa, e se na família do dito militar há como pagar seu resgate, ele mesmo o pagará; caso contrário, o valor será retirado do tesouro do templo de sua cidade...

O “Código” é, portanto, um florilégio desses “casos” julgados e das decisões tomadas; e se o autor ali as reuniu e classificou, foi, como ele mesmo o diz, para ensinar a seus sucessores (e aos representantes deles, os juízes) a fazer justiça, a julgar. São de certa forma modelos de julgamentos, e os “Códigos” são uma antologia desses modelos: à custa de relê-los e meditar sobre eles, os juízes deviam e podiam adquirir, de alguma maneira, o *senso* da justiça tal como ela era concebida no país — um pouco como, ao repetir nossas tabelas de aritmética, adquirimos, insensivelmente, não os princípios, mas o *senso* da adição, da multiplicação etc.

Desses “modelos de julgamento”, assim transformados em *princípios de conduta social*, trarei agora alguns exemplos, colhidos na obra de Hamurábi:

Se um homem acusar alguém de assassinato sem fornecer provas, o acusador será executado (artigo 1). Se um homem roubar algum bem do Templo ou do Palácio, será executado. Será igualmente executado quem quer que receba da mão do ladrão o objeto roubado (6). Se a esposa de um homem for surpreendida em flagrante delito de adultério, os dois culpados serão acorrentados e atirados na água. Se, contudo, o marido quiser deixar sua esposa viva, o rei deixará seu cúmplice igualmente vivo (129). Se a esposa de um homem for acusada de adultério por seu marido, sem jamais ter sido surpreendida em flagrante delito, ela prestará juramento de inocência e voltará para casa sem que ninguém a perturbe (131). Se um homem de qualidade esbofetar outro, dar-lhe-á 500 gramas de prata; se se trata de um homem simples: 80 gramas. Se um servidor esbofetar um homem de qualidade, cortar-lhe-ão a orelha (202-206). Se um pedreiro construir uma casa para alguém, este último lhe dará, como valor do trabalho, 16 gramas de prata por 36 metros quadrados de construção. Se o pedreiro não garantir a solidez do edifício e a casa desabar, causando a morte de seu proprietário, o pedreiro será executado; se o filho do proprietário da casa morrer, o filho do pedreiro será executado (228-230).

Todas essas “sentenças-modelo” são, portanto, diretrizes de conduta social que visam ao bem comum, ou, o que é a mesma coisa, que tentam evitar comportamentos nocivos ao bem-estar de todos. Elas ensinam a todos, de maneira coerciva, da parte da autoridade do soberano, como se comportar para a boa ordem da coletividade. Obrigatoriamente,

todas apelam para “valores morais”, evidentemente reconhecidos no país: o sentimento da justiça devida a qualquer um; a necessidade de confiar em um indivíduo enquanto ele não se houver mostrado culpado; a equidade, que pretende que cada um seja responsável pelo que fez ou deixou de fazer... Entretanto, como elas regulamentam antes de tudo a vida pública, como são oficialmente proclamadas e coercivas (sob pena de castigo), é claro que estão fundadas em valores morais — e antes de tudo em uma ideia do bem e do mal —, mas representam em primeiro lugar o que chamamos de Direito.

Ora, a Moral, subjacente ao Direito, vai muito mais longe do que ele: cobre tudo o que chamamos de vida privada, aquilo que, em nossa existência, não tem repercussão sobre a comunidade ou incidências graves, que praticamente não têm chances de perturbar a vida coletiva e que, portanto, não são da alçada da autoridade comum, mas apenas do livre-arbítrio de cada indivíduo, que aprendeu seu “dever” não por meio de um enunciado proclamado ou escrito, mas de sua educação e dos exemplos que pôde ver ao seu redor enquanto aprendia a viver. Cada civilização é assim definida e particularizada por um certo número de axiomas que não são necessariamente articulados, mesmo que aconteça de serem lembrados quando necessário, mas que traduzem a ideia comum que se faz do bem de cada um, da conduta de que ele deve resultar: as “coisas que se fazem” “as coisas que não se fazem”, em virtude de princípios por vezes obscuros, mas tacitamente ligados às próprias bases da civilização em questão, de sua visão do mundo e de sua escala de valores, remontando à noite dos tempos, e transmitidas a todos os indivíduos através da vida e da cultura. Isso também diz respeito à nossa civilização.

Se em geral fala-se pouco disso, muito menos que das obrigações e proibições do direito, que são de bom grado formuladas nas civilizações desenvolvidas, encontramos, contudo, na Mesopotâmia, entre os textos descobertos, alusões suficientes ao que chamamos de regras da *Moral* propriamente dita.

COMETER FALTAS É REVOLTAR-SE CONTRA OS DEUSES

Em primeiro lugar, mencionam-se, às vezes, essas ou aquelas regras, não positiva, mas negativamente, assinalando-se as infrações a elas: as *faltas*. Para compreender a importância dessa categoria mental de “falta”, de “pecado”, aos olhos dos antigos mesopotâmios e em sua vida, é preciso saber que, naquele país, os deuses, considerados os criadores e governantes do mundo, supostamente haviam decidido — como os reis daqui de baixo — e proclamado todas as obrigações e todos os interditos que se impunham aos seus súditos nos domínios da vida e da conduta. Infringir quaisquer dessas vontades e decisões divinas era “revoltar-se” contra os deuses, “desprezá-los” e “cometer uma falta” contra eles: um *pecado*. Como os soberanos reagiam a tais denegações de sua autoridade castigando os autores, os deuses deviam por si mesmos punir quem quer que cometesse um “pecado”, isto é, que não aquiescesse a suas vontades relativas à conduta a ser mantida, em qualquer ordem das coisas: e não havia aí a menor hierarquia, no domínio da ofensa, uma vez que todo pecado, qualquer que fosse sua gravidade intrínseca, constituía por si mesmo uma revolta, e era precisamente essa revolta que merecia o castigo. Matar alguém e infringir uma

simples regra litúrgica eram atos que não diferiam nesse plano, uma vez que implicavam antes de tudo um “desprezo” em relação aos deuses, uma “revolta” contra eles.

Havia orações e ritos especiais: “exorcismos”, muito numerosos, para implorar o perdão dos deuses assim ofendidos e obter relaxamento da pena. Uma dessas liturgias, particularmente longa e solene, enumera, em várias centenas, por meio de uma espécie de confissão geral, as faltas que *podem* ter sido cometidas pela vítima do mal ou do infortúnio, que pede assim aos deuses o perdão da pena em que incorreu. Composto à maneira de um catálogo, esse documento põe no mesmo nível faltas de diversas categorias, as quais, considerando-se a hipótese contrária (a falta evitada, a não falta), esclarecem o que chamamos de vida reta e honesta, a boa conduta, a conduta moral. Eis ao menos alguns exemplos, extraídos do que chamaríamos mais estritamente de faltas contra a *Moral*, próprias a incomodar ou perturbar os outros, ou prejudicá-los; ainda que em matéria ligeira e por si sem incidência sobre a ordem pública. A longa lista delas é ainda mais interessante e permite vislumbrar — considerando-se o princípio contrário daquele que as descreve, como já afirmei — certo número de comportamentos e práticas cuja observância era recomendada aos antigos mesopotâmios, e que compunham, em suma, sua “moral”, seu “código de boa conduta”.

Todas elas se caracterizam pela necessidade de levar em conta os outros, de não causar-lhes prejuízo, mas respeitá-los, auxiliá-los, socorrê-los etc. Assim se destacavam: a *Veracidade* (não dizer “sim por não, e não por sim”); a *Franqueza* (não ter “a boca justa mas o coração falso”; não pretender falsamente não ter aquilo que alguém lhe pede); a *Urbanidade* (não ameaçar os outros); a *Polidex* (não importunar os

outros falando demais, tagarelando; não dizer ou fazer inconveniências e grosserias; não proferir insanidades em público); o *Respeito* pelos outros e especialmente pelos mais frágeis ou necessitados (não “espezinhar” uma mulher fraca; não introduzir a cizânia em uma família que se entende bem; não falar ou comportar-se com insolência ou arrogância; não brandir uma arma em plena “Assembleia”, reunida para debater questões da cidade); o *Auxílio aos outros* (não se recusar a libertar um prisioneiro ou a vestir aqueles que estão nus); o *Respeito pelos pais* (não desprezar seus próximos: pai, mãe, irmãos e irmãs; não se esquecer dos deveres para com eles); a *Fidelidade à própria palavra* (não fazer promessas que não serão cumpridas); a *Honestidade* (não comer carne roubada por outros); e assim por diante...

Esses exemplos concretos, com tantos detalhes, permitem que façamos uma ideia geral da *Boa Conduta* (cortesia, polidez, boas maneiras, a arte de saber viver) tradicional na Mesopotâmia e do tipo de *Moral* que a comandava: o que aparece, sobretudo, é o que devia ser feito para não prejudicar os outros, o “próximo”, como diríamos, mas vir em seu auxílio, ser-lhe caridoso, com generosidade, às vezes até mesmo com certa delicadeza, como quando se recomenda não o ensurdecer “falando demais”, de modo a não incomodar.

Encontram-se ainda, aliás, algumas alusões a aspectos diversos da “moralidade”. Por exemplo, em um antigo poema (datado de 1700 a.C.) que parece tocar no problema (muito cedo debatido na Mesopotâmia) do porquê do Mal. Quando o deus, implorado, liberta o herói de suas penas, dá a ele esse conselho “moral”, de modo a evitar que atraia outras: “No futuro, passe unguento naqueles que têm a pele seca; alimente os famintos; dê água aos que têm sede!”...

Dizendo de outra maneira: mostre-se compassivo e caridoso com aqueles que, ao seu redor, sofrem de privação. E, em uma oração cujo texto conservamos, o rei Assurbanipal (668-627 a.C.), em meio a toda espécie de infortúnios e angústias, protesta sua boa conduta diante do deus a quem se queixa: “Fiz bem a todos, aos deuses e aos homens, aos mortos assim como aos vivos!” — “beneficência” que vai ao encontro da “moralidade” há pouco explicitada.

“QUANTO MAIS BOIS VOCÊ TEM, MAIS TEM ESTERCO!”

Um outro documento que deve ser destacado (pouquíssimo conhecido e citado) a respeito do mesmo assunto pode ser encontrado no vasto e labiríntico tesouro da “literatura divinatória”. Os antigos mesopotâmios, em virtude de especulações que lhes eram particulares, se haviam persuadido de que os deuses, criadores de tudo aqui embaixo, quando produziam um ser ou acontecimento insólito, inabitual, monstruoso, queriam com isso anunciar um futuro definido, bom ou ruim. Apenas os “adivinhos” profissionais conheciam o “código” que levava do “presságio” anormal ao “oráculo” prometido. E, ao preço de longas e sistemáticas buscas, haviam reunido e classificado milhares desses presságios, tirados de toda ordem de coisas, e o futuro que revelavam.

Um desses “tratados” obtém do comportamento ou do caráter dos homens seus meios de conhecer o futuro. Seguem-se uma ou duas passagens, para mostrar como o sistema se apresentava e funcionava: “Se o interessado não cessa de repetir: ‘Quando é que verei (com clareza)?’ — ele viverá por muito tempo. Se tem o coração perturbado — ficará alegre.

Se tem o hábito de se lamentar — as coisas não ficarão bem para ele.” Encontram-se também inúmeros dados tomados da vida cotidiana: traços de caráter e de boa ou má conduta: *Veridicidade e Franqueza* (“sim” e “não” se sucedem em sua boca; é franco); *Urbanidade* (é fiel; espalha alegria; tem um grande coração; é amável; ama o bem); *Polidez* (é um tagarela inesgotável; escolhe as palavras; domina os lábios; só faz praguejar); *Respeito pelos outros* (calunia; retribui boas ações; é inconveniente; é escrupuloso); *Auxílio aos outros* (honra-os e exalta-os; é obsequioso); *Respeito pelos pais* (ameaça o pai ou a mãe); *Bom caráter* (é belicoso e provocador)...

Para acrescentar a esse retrato uma nota interessante, é preciso saber que, em geral, nos tratados divinatórios, o presságio e o oráculo têm os valores naturalmente invertidos: o que é bom no presságio promete coisas ruins no oráculo e vice-versa. Aqui, contudo, a um traço de conduta bom ou feliz no presságio frequentemente corresponde um futuro feliz no oráculo. Essa correspondência é sem dúvida um sinal de que se supunha que os deuses viam com bons olhos a boa conduta e estavam sempre dispostos a recompensar a observação da moral e o bom caráter.

Se ele é caluniador — morrerá em consequência de uma denúncia. Se retribui as boas ações — estará inteiramente no bem-estar. Se é um tagarela inesgotável — não será mais considerado entre as pessoas de qualidade. Se escolhe as palavras — será honrado.

Quanto ao que faz parte do cotidiano da vida de cada um, regido por certas “regras morais”, dispomos ainda, na Mesopotâmia antiga (como, de resto, em toda parte), de uma fon-

te abundante e capital chamada de *Provérbios*, que se interessam pelos indivíduos como tais, sem distinção de classe ou de estrato social, pondo-nos, assim, em contato imediato com seu comportamento e sua vida de cada dia e hora. Há, em nosso vasto dossiê, toda uma literatura “gnômica” consagrada a esse gênero a um só tempo mental e literário. Assim, os antigos mesopotâmios haviam compilado vastos alinhamentos de provérbios, em sumério ou em acádio.

As peças reunidas nessas coletâneas são quase sempre difíceis de serem entendidas — é, aliás, geralmente o caso, um pouco em toda parte, dessa “literatura popular”, concisa, alusiva, colorida, concebida em um imaginário bastante distante do nosso, e que busca impressionar ou sugerir mais do que explicar. Por outro lado, nem sempre são o que *nós* entendemos por provérbios: sentenças expressando um conselho ou um modelo de conduta, uma verdade de experiência, úteis para que a eles nos conformemos no decorrer da vida. Alguns parecem mais exercícios de estilo, de bem-dizer; ditos espirituosos; curtos quadros bem detalhados; breves imagens, mais ou menos originais ou tocantes; rápidos realces de traços de caráter, que dissimulam sem dúvida um humor que não é mais, de modo algum, o nosso. Há até mesmo astúcias, enigmas, adivinhações — às vezes com a solução. Por exemplo: “Quando entra, não acrescenta nada à riqueza. Quando sai, nada retira dela. O que é? Um bem que pertence ao rei!”

Eis aqui ao menos uma pequena seleção, bastante sugestiva:

“Despose uma mulher ao seu gosto.” “Jovem, não é seu irmão que lhe escolherá um esposo.” “Uma esposa gastadora em casa é pior do que um demônio morbígeno.” “O destino é um cão que nos leva rapi-

damente atrás de si.” “Os pobres são os silenciosos do país.” “Diga uma mentira, depois diga a verdade: ela será tomada como mentira.” “Aquele que mente sempre parece uma carta que chegou de muito longe.” “Quanto mais bois você tem, mais tem esterco!” “Oh burro! Seu pai o reconhecerá? Sua mãe o reconhecerá?” “O pobre homem, se tem pão, não tem sal, e quando tem sal, falta-lhe o pão; se tem carne, não tem condimentos, se tem condimentos, não tem carne...” “Oh nora, o que você faz com sua sogra farão com você também.” “Será que se comprem os grunhidos do porco?” “Fora de alcance, é um búfalo indomável, uma vez preso, abana a cauda como um cão.” “Por ter causado a morte de um homem (por falso testemunho), o que ganhou o delator?” “De ter picado um homem, que proveito tira o escorpião?” “Enquanto durar a prosperidade que seu deus lhe deu, nada recuse a sua irmã, nada negue a sua família, dê de comer a seus conhecidos: você ganha na mesma proporção!” “Quer você aja, quer não, o resultado depende do deus, seu senhor.” “No ano passado, comi alho: neste ano minhas entranhas ardem.” “Deitar-se leva a aleitar...”

“NÃO COMPRE UM ASNO QUE ZURRA, ELE LHE ROMPERÁ OS OUVIDOS”

Há, enfim, na literatura mesopotâmica, outro “gênero” literário bastante próximo ao dos provérbios, voltado ainda mais para a maneira inteligente e prudente de governar a própria vida, e que, conseqüentemente, toca mais de perto a “moral”. Trata-se de “Conselhos de um pai a seu filho”: a

saber, admoestações; instruções e advertências supostamente pronunciadas por um pai que, para o bem do filho, quer inculcar-lhe sua própria sabedoria — adquirida por meio de uma longa experiência —, o modo como ele organizou sua vida, bem-sucedida e feliz. Com “Conselhos”, continuamos, portanto, em plena “moral”.

Note-se que eles compõem um dos mais antigos “gêneros literários” atestados na Mesopotâmia. A primeira versão que conhecemos foi encontrada em meio a um conjunto de tabuletas que formam a mais antiga coletânea de peças literárias conhecida no país, e muito provavelmente no mundo, uma vez que remonta a cerca de 2600 a.C.! Restam-nos dela cerca de 130 linhas; mas, considerando as lacunas do texto e o estado ainda imperfeito da escrita da época, elas são bastante difíceis, não apenas de serem lidas, mas de serem compreendidas. O fracasso seria certo se o texto dessa obra não tivesse sido ulteriormente retomado, e até mesmo ampliado, no país, em uma versão ainda suméria, muito mais completa e longa (cerca de trezentas linhas), escrita por volta de 200 a.C., e da qual temos um bom número de testemunhos. Ela também foi traduzida para o acádio, mas dessa tradução temos apenas um trecho de mais ou menos trinta linhas: uma miséria!

Eis, em primeiro lugar, o início da versão suméria de “Conselhos”: um velho antediluviano, o rei da cidade em que, dizia-se, o Dilúvio em seguida irrompeu, e que leva seu nome, Shurupak, resolve transmitir sua longa experiência ao filho, o futuro herói do Dilúvio, Ziusudra. Este, por sua vez, transmitiria os ensinamentos à nova humanidade pós-diluviana.

Naqueles dias, aqueles dias recuados,/ Naqueles noites, aquelas noites distantes,/ Naqueles anos, aqueles anos arcaicos,/ Naqueles dias, o Inteligente, o Autor de sábias palavras,/ O Conhecedor das palavras verídicas, que vivia em Sumer,/ Shurupak, deu estas instruções a Ziusudra, seu filho:/ “Meu filho, deixe-me dar-lhe minhas instruções, receba-as!/ Deixe-me falar com você, preste atenção!/ Não negligencie meus conselhos!/ Não transgrida minhas palavras!/ As instruções de um homem idoso são preciosas, observe-as!...

Ele lança em seguida admoestações, de fato bastante curtas, em uma ordem cuja lógica quase não percebemos mais. Elas são sempre precisas, incidindo sobre um ponto determinado da vida cotidiana; e a cada vez a justificativa é marcada: a utilidade, o resultado feliz ou a inconveniência que resultaria se fossem ignoradas ou não observadas.

“Não compre um asno que zurra: ele lhe romperá os ouvidos...” “Não seja fiador de ninguém: ele teria poder sobre você.” “Não circule ali onde as pessoas querelam: você será tomado como testemunha.” “Deixe as querelas se apagarem sozinhas.” “Se for casado, não fale sozinho com uma jovem: atenção à calúnia!” “Meu filho, não fique sentado em um quarto com a esposa de outro.” “Não coma da comida que foi roubada.” “Não se deite com sua servente: ela o chamaria de ‘Canalha!’” “Não pronuncie julgamento quando tiver bebido.” “Seu irmão mais velho é para você um verdadeiro pai, sua irmã mais velha, uma verdadeira mãe: obedeça a seu irmão mais ve-

lho, submeta-se a sua irmã mais velha como à sua mãe.” “Quem é casado está bem mobiliado; quem não é dorme em uma meda de palha.” “O amor mantém a família; o ódio a destrói.”

Eis o texto da série em acádio:

“Controle sua boca, vigie seu discurso: este é o orgulho do homem! Que blasfêmia e maledicência lhe causem abominação: o caluniador é desprezado.” “Não honre em sua casa uma escrava: que ela não tenha autoridade sobre seu quarto de dormir, como uma esposa...: a casa dirigida por uma servente está destinada à ruína.” “Não tome por esposa uma prostituta, que tem inúmeros maridos; nem uma hierodula, reservada a um deus; nem uma cortesã com a qual todos deitam incessantemente: se você estiver infeliz, elas não o apoiarão; se você brigar, elas caçoarão de você. Elas ignoram respeito e submissão.” “A cada dia, preste homenagem a seu deus: (...) Se você assegurar a ele diariamente orações, súplicas, prosternações, terá retornos de bens e, apoiado por ele, prosperará em abundância. Pois a reverência aos deuses engendra o favor deles; o sacrifício alonga a vida, e a oração dissolve o castigo pelas faltas...”

Todos esses “conselhos”, embora bastante diferentes dos “provérbios” por sua apresentação, não estão tão longe deles. De um lado como de outro, trata-se de uma tradução em máximas, advertências, exemplos, de uma espécie de “código de boa conduta”, cuja observação devia assegurar o êxito de cada procedimento, e consequentemente o sucesso da vida

inteira, a "Felicidade". Observamos essa "moral" traduzir-se em detalhes, em toda sorte de documentos, preferencialmente de maneira indireta, pela reprovação das infrações cometidas contra ela, e às vezes diretamente, em matéria pública (os "códigos") ou em matéria privada: nas listas de faltas que provocavam o castigo divino ("exorcismos"), ou na evocação que dela podem fazer certos "textos divinatórios"; e, enfim, nos "provérbios" e "conselhos". Mas em parte alguma encontramos uma apresentação sistemática e explícita. E em parte alguma, a não ser tacitamente, encontramos a motivada e fundada sobre o que era sua última razão de ser: os "princípios" da "moral", a saber, o Bem e o Mal, a Felicidade ou a Infelicidade da vida.

A razão disso, como vimos, está no fato de que essas motivações primeiras da conduta estão profundamente enraizadas na "consciência", demasiado importantes, universais e evidentes aos olhos de cada um, ao mesmo tempo que demasiado visceralmente inculcadas desde a infância, pela educação e pelo espetáculo da vida, para que se tenha considerado útil ou até mesmo fácil explicitá-las, justificá-las e apelar para elas todo o tempo.

Se pensarmos minimamente no assunto, ainda é assim em nosso caso. E se refletirmos, exceção feita a um contexto caduco e obsoleto em seus detalhes e em seu sistema, sobre o conjunto desses conselhos, recomendações, proibições, estímulos e exemplos, ele nos parece ainda familiar, não tão distante do nosso próprio "código de moral prática". A "moral", para organizar a vida de cada um a fim de evitar-lhe o fracasso e o mal, e de fazê-lo ter acesso ao bem, à "felicidade", é, quanto ao essencial, comum a todos os homens porque seu bem e seu mal provêm da própria natureza deles, e valem,

portanto, de maneira aproximadamente igual para todos. Não incomodar ninguém; não prejudicar ninguém; não se expor a riscos, perigos, incertezas; ser prestativo e boa companhia; ser honesto e de frequência fácil etc., não está nisso também nossa própria “moral”, como a de todos os homens? Dizendo de outra maneira, a “moral” dos antigos mesopotâmios nos é sempre mais ou menos familiar.

Evidentemente nem sob todos os aspectos, pois por um longo decurso de tempo puderam intervir, sob diversas pressões, mudanças de ideologia que inflectiram de tal maneira sobre esse ou aquele artigo dessa “moral” antiga que não os sentimos mais da mesma forma. O que, à exceção de alguns dados secundários, torna nosso “código moral” diferente do deles, a despeito do ar familiar, são duas ou três ideias novas introduzidas por nossa tradição cultural.

“FAÇA A FELICIDADE DE SUA MULHER, ABRAÇADA A VOCÊ”

Evoquemos, em primeiro lugar, a associação estrita — que nos foi ensinada pela Bíblia — entre “moral” e religião. Uma das maiores transformações introduzidas por Moisés com o “monoteísmo” reside na total mudança de orientação e de sentido do culto, da prática religiosa. Desde o “Decálogo”, não nos desobrigamos mais de nossos deveres para com o Divino por meio de “sacrifícios”, “oferendas” e cerimônias, mas antes de tudo pela conduta reta de nossa vida. A “moral” foi quando menos integrada ao culto, se não identificada a ele. O culto tornou-se a prática da “moral”, da boa conduta, ao passo que essas nada tinham a ver com os deuses entre os mesopotâmios: se alguém se comportava bem, não era para pro-

veito deles, mas para evitar os aborrecimentos provocados pelo fato de cometer “pecados”, que logo eram castigados; não se tratava de culto, mas de precaução, de prudência. Por isso, a despeito das inúmeras semelhanças, a “moral” não tem mais, entre nós, a mesma ressonância que tinha entre eles, e, quanto a esse aspecto, as transformações foram consideráveis.

Por outro lado, devido a nossa hereditariedade cristã, não temos mais absolutamente a mesma atitude intrínseca em relação a Deus. Na Mesopotâmia, o sentimento religioso essencial era do tipo centrífugo: o temor, o recuo, o distanciamento respeitoso. Ensinarão-nos, ao contrário, que “o Bom Deus”, como dizemos, era sobretudo digno de admiração, de entusiasmo, de atração, de amor. Por isso, nossa moral, em relação à deles, se viu totalmente reorientada: tornou-se o único meio, essencial, de demonstrar a Deus nosso apego, nossa fidelidade, nosso amor. Ela pode, portanto — o que era impensável na Mesopotâmia —, resultar em uma atitude teocêntrica e até mesmo mística.

Enfim, conforme aprendemos com o cristianismo, a morte não é mais, como era para eles, o fim absoluto da vida, e temos a esperança de um além no qual as dívidas da terra podem ser pagas. A “moral”, aos nossos olhos, não se esgotaria, pois, na existência presente, mas continuaria em outra vida, o que muda seu valor e sentido. Não vendo mais longe, os mesopotâmios voltavam-se inevitavelmente para o “hedonismo”, a busca de todos os prazeres acessíveis no curto espaço da vida, para obter o máximo possível de satisfação e felicidade antes de desaparecer para sempre. Nós, ao contrário, não podemos nos contentar com os conselhos que a misteriosa Taberneira dava a Gilgamesh para desencorajá-lo de correr atrás de uma vida sem fim:

Sem buscar em vão a imortalidade,/ Encha sua
pança,/ Permaneça alegre dia e noite,/ Vista-se com
belas roupas,/ Lave e banhe seu corpo,/ Olhe terna-
mente seu pequeno, que lhe segura a mão,/ E faça a
felicidade de sua mulher, abraçada a você,/ Pois essa é
a única perspectiva dos homens!

Não digo que essa prodigiosa reviravolta da “moral” e do
sentido da vida tenha sido recebida por todos os distantes
herdeiros dos antigos mesopotâmios: em nosso mundo atual,
a vida da maioria certamente não é afetada pela religião, e
sua “moral” não passa de uma rotina. Mas uma “moral” tão
transformada, sobretudo por dentro, está a nosso alcance. É
preciso dizer, por isso, que embora restem em nossa conduta
e “moralidade”, inúmeros reflexos mais ou menos idênticos
aos deles, nossa moral não é mais, de modo algum, a deles.